

Comentando uma entrevista de Mons. Fellay: Balanço do Motu Proprio sobre a Missa Tradicional um ano após sua liberação

Com alegria publicamos esta última entrevista de Monsenhor Bernard Fellay, Superior Geral da FSSPX. E alegria tanto maior quanto sabemos ser pouco estimados pelos dirigentes de Écone.

Só agora tomamos conhecimento desse importante pronunciamento de Dom Fellay, e nos apressamos em traduzi-lo. Pena que essa pressa possa ter causado erros de digitação, e mesmo alguma imprecisão, pelo quê pedimos perdão aos leitores do site Montfort.

Dissemos que essa entrevista nos causou alegria, porque ela revela um posicionamento de Dom Fellay, bem mais favorável ao Papa Bento XVI do que as de outros Bispos da FSSPX, como as de Dom Tissier de Mallerais e de Dom Williamson, cujas entrevistas contém frases duras e até ofensivas à pessoa do Papa, raiando por sede vacantismo prático, mesmo que oficialmente neguem serem sede vacantistas.

[Nesse sentido Luc Perrin acaba de dar uma entrevista no site Rorate Coeli, na qual ele afirma que, na FSSPX, se nota;infelizmente, dizemos nós- um sede vacantismo prático, pois muitos padres estão perdendo a noção do que é o Papa e do que é Roma, enquanto Dom Tissier de Mallerais declara: *“Em Roma, há um novo Papa? Realmente,, se for para ficar pior, não há necessidade”*

[*“In Rome, a new Pope? Really, if he would become worse, there is no need” (The Angelus magazine, interview, July 2008)]*.

É lamentável que os Bispos da FSSPX não estejam todos unidos à posição bem mais clara e mais respeitosa de Dom Fellay, porque um retorno da FSSPX à plena união com Roma - coisa que desagradaria totalmente aos modernistas;traria um avanço imenso rumo à vitória da Missa gregoriana, que preludiará a vitória sobre os erros do Vaticano II.

Dom Fellay não hesita em reconhecer que a liberação da Missa de sempre, realizada pelo Motu Proprio **Summorum Pontificum**, raiou pelo milagre.

Eis o que disse textualmente Dom Fellay:

“O Motu Proprio, no contexto atual, é um gesto que raia pelo milagre e por causa dele o Papa tem direito ao nosso pleno reconhecimento”.

O ponto crucial do Motu Proprio- e também nisto concordamos com Dom Fellay--, foi a declaração Papal de que a Missa de sempre nunca foi revogada:

“Deve-se considerá-lo [o Motu Proprio] como uma etapa importante, mas não como a conclusão da crise que conhecemos há vários decênios. Direi mesmo, que ele é uma etapa que levanta problemas novos, porque esse documento modifica a configuração geral em que a Igreja se encontra desde o pós Concílio”.

“No fundo, o essencial do Motu Proprio está nestas duas palavras «numquam abrogatam», a Missa tridentina jamais foi abrogada”

E isso, **dizemos nós**, vai trazer um problema bem grave: se a Missa de sempre nunca foi abrogada, seria possível introduzir uma Missa Nova sem ter revogado a Missa anterior?

Podem existir duas Missas num só rito?

Assim como dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço, nem duas Constituições podem coexistir num mesmo país, assim também poderiam duas missas coexistir no rito romano?

Porque, se a resposta for que não é possível haver duas missas num mesmo rito, então, se a Missa de Trento não foi revogada, a nova Missa de Paulo VI foi introduzida de modo irregular.

Os liturgistas e canonistas que resolvam esse problema.

Nós somente levantamos essa questão.

Dom Fellay nota que a finalidade do Motu Proprio foi a de reintroduzir a Missa de sempre, **que nunca foi abrogada**, na vida da Igreja:

“O Motu Proprio não tem por fim afirmar que as duas Missas são uma só, segundo uma forma ordinária e uma forma extraordinária. Não! A finalidade desse documento é instituir um ato legislativo que reintroduza a antiga Missa na vida da Igreja”.

Dom Fellay julga então que, por parte de Bento XVI, há, de fato, um **retorno** a posições pré conciliares, pelo menos na questão central, que é a da Missa, embora pontos doutrinários muito graves, como os do ecumenismo, da liberdade de religião, e da colegialidade exijam também um retorno.

Poderia Dom Fellay também ser acusado então de otimismo excessivo? Seu modo de ver seria também um iludido *“wishful thinking”*?

A liberação da Missa antiga- que nunca foi revogada; não foi fácil. O Papa Bento XVI teve que enfrentar uma fortíssima oposição do Episcopado e mesmo dos Cardeais modernistas, que vêem na liberação da Missa uma condenação indireta e simbólica do Concílio Vaticano II. Foi por causa dessa oposição que Bento XVI liberou a Missa de sempre por meio de um Motu Proprio, isto é, por meio de um ato legislativo afirmativo do poder exclusivo do Papa, que independe de consulta, de aprovação ou de reprovação do episcopado. Desse modo, a liberação da Missa por meio de um Motu Proprio foi um ato que passou por cima da Colegialidade promulgada pelo Concílio.

Da resistência do episcopado mundial à decisão pessoal do Papa, diz Dom Fellay:

“É certo que Bento XVI para promulgar esse Motu Proprio teve que enfrentar pressões terríveis. Soube que o Papa disse a seu círculo mais íntimo: «Nunca sofri tanto em toda a minha vida do que com esse Motu Proprio». Mas ele acrescentava esta frase: «Eu devia fazê-lo por motivo de consciência».

“O Papa faz questão disso, e ele não cede, mas ele não pode contar com o apoio dos Bispos. Essa oposição episcopal é enorme. Sabe-se que houve pelo menos quatro Conferências episcopais que escreveram, antes do Motu Proprio, para dizer que elas não queriam o Motu Proprio. Foram as Conferências da França, da Inglaterra, da Alemanha, e com uma menor maioria a dos Estados Unidos. Os Bispos alemães, quando de sua visita ad limina declararam muito claramente: «Não queremos saber desse Motu Proprio». Eles dirigiram mesmo um pedido nesse sentido ao Prefeito da Liturgia, o Cardeal Arinze.

“Diante de tais fatos, pode-se medir a tenacidade do Papa. Realmente, ele quis aprovar esse gesto. A mesma coisa aconteceu a propósito do pro multis na Consagração, traduzido na maior parte das línguas vernaculares como sendo « por todos » e não como «por muitos».

“ Numa carta de 17 de Novembro de 2006, que o Cardeal Arinze dirigiu aos presidentes das conferências episcopais do mundo inteiro um pedido de retificação dessa tradução errada. É preciso saber que essa carta tinha sido precedida de uma pesquisa. Não tive o resultado definitivo, mas sei que, em certo momento, sobre 35 conferências episcopais que tinham respondido, somente três eram a favor do « pro multis, por muitos », todas as outras queriam manter o «por todos». Aí também, há uma proporção enorme de oponentes e o Papa mantém a posição contrária, colocando um ato que vai contra a colegialidade à qual entretanto ele é apegado. Ele enfrenta os Bispos que não baixam as armas pois que, depois da carta, numerosas Conferências episcopais, pediram a Roma uma dispensa para poder conservar o “por todos»

Lembra ainda Dom Fellay que o Papa liberou não só a Missa gregoriana, mas também todos os ritos antigos para todos os sacramentos:

“E isso tanto mais que o Papa, ao mesmo tempo que cobre de sua autoridade esses documentos oficiais, manifesta com o Motu Proprio a intenção de reabilitar não só a Missa tridentina, mas também toda a liturgia tradicional. Ele declara que permanecem em vigor a Missa sob todas as suas formas, Missa de casamento, Missa de Requiem, mas também todo o ritual Tradicional, todos os sacramentos e mesmo o breviário”.

Claro que muitos não concordam com o “otimismo” de Dom Fellay, que talvez alguns julguem ingênuo. A

esses “pessimistas” responde o Superior Geral da FSSPX, dizendo:

“Onde se celebra, hoje, a Missa tridentina, quando da peregrinação a Lourdes? Fora, ou na basílica? E em Lisieux? Fora, ou dentro? Isso é mais do que um símbolo, é a realidade. Os senhores poderão ser ainda um pouco cétricos. Então, eu me calo e deixo falar os que em Roma reconhecem que trabalhamos pela Igreja. Um prelado me dizia: «Sem a Fraternidade São Pio X, o Motu Proprio seria impossível». Assim, pois, a seus olhos, fazer voltar agora a Missa tradicional na Igreja seria impossível sem a Fraternidade. Um religioso, me declarava: «A Fraternidade é a única entidade que hoje pode colocar as verdadeiras questões à Igreja».

“É para nós uma palavra de vaidade? Não, é uma responsabilidade da qual não podemos nos omitir, porque teremos que prestar contas disso. Mas é também um encorajamento a prosseguir no combate pela fé, sem nos cansar. Se esse decreto de excomunhão é retirado, torna-se possível «fazer a experiência da Tradição», como o desejava Mons. Lefebvre”.

E diz mais ainda Dom Bernard Fellay:

“Muito evidentemente, há correções que vão na boa direção. Ninguém pode negar que corrigir o «por todos» em restabelecendo o «por muitos», vai na boa direção. Da mesma forma, dar mais possibilidades à antiga Missa, é muito positivo. Não há nenhuma dúvida sobre isso. Entretanto, ainda uma vez, esses atos não são completos; eles não são acompanhados por um verdadeiro retorno à doutrina tradicional. E entretanto o pequeno retorno à Tradição que eles exprimem já provoca um conflito na Igreja”.

Outros há que sublinham certas vacilações de Bento XVI, que ainda defende pontos do Vaticano II como a Liberdade de Religião e o ecumenismo, como argumento tentando provar que o Papa estaria enganando os “tradicionalsitas”. Os que assim pensam exigem como palavra de ordem: **retorno total já.**

Dom Fellay não nega essas vacilações de Bento XVI, nem nega a necessidade de um retorno total, mas lembra que passos vacilantes são naturais em quem ficou muito tempo com a perna engessada. Alguém que passou longo tempo doutrinariamente “engessado” numa posição errada, ao retornar à posição correta, entra num processo de mudança necessariamente paulatina, por etapas. Uma mudança completa não se fará nele de uma vez, mas por etapas:

Certa vez comparamos a reviravolta ratzingeriana a um início de conversão. E dizíamos que só com São Paulo a conversão foi total, num instante. Isso foi um milagre da graça. Normalmente as conversões de rumo se dão muito lentamente.

Temos alegria em constatar que Dom Fellay pensa dessa mesma maneira:

“Mas a melhora é gradual, ora nós não gostamos dessas gradações. Preferiríamos que tudo fosse claro e nítido. Não apreciamos as situações intermédias em claro-escuro. E entretanto é isso que experimentamos pessoalmente toda vez que nos esforçamos de conduzir, ou de reconduzir, uma alma à verdade. Essa alma não se converte de uma só vez, ela aceita uma verdade, depois, admite uma outra, até o dia em que ela será inteiramente convertida. Mutatis mutandis, é a mesma situação com esses homens de Igreja dos quais é preciso reconquistar as inteligências e os corações in omni patientia et doctrina, como nos convida São Paulo a isso, com toda paciência e com a preocupação permanente de instruir. E nisso, é preciso se precaver contra a tentação do desencorajamento”.

Por isso, concordamos totalmente com Dom Fellay, quando ele diz:

“Entretanto, reconheci que quando se vê alguém que quebrou a perna, e que pela primeira vez coloca o pé no chão, depois de tirar o gesso, a gente festeja esse primeiro passo. Ninguém vai exigir desse doente que ele corra como uma pessoa sadia. Aplaudir-se-á esse primeiro passo, mesmo se ele for claudicante, e esperar-se-á o melhor para depois. O Motu Proprio não é o milagre do paraplégico que foi curado em um instante, e que começa a saltitar com seu leito às costas. Esse ato jurídico é pelo menos claudicante, mas é um passo. Devolveu-se à Missa o lugar que ela sempre teve, lugar que ela não tinha há 40 anos. Eis porque podemos nos rejubilar”.

E a Montfort se rejubila então, por isso, com Dom Fellay, assim como pela concordância que temos nesse ponto.

O retorno não pode ser executado de uma só vez. Exige etapas. É o que reconhece Dom Fellay:

“Essa volta atrás, por algum tempo, permitiria fecundar a nova Missa com a antiga, dar-lhe um certo espírito litúrgico. Essa famosa «reforma da reforma» que ele [Bento XVI] deseja com toda força desde muito tempo. Ainda uma vez, não se trata senão de uma hipótese pessoal, mas não esqueço que o Papa escreveu em um de seus livros que considerava que a nova liturgia era a causa principal da crise da Igreja. E se ele o disse, ele crente nisso. Mesmo que sua visão da nova Missa não seja a mesma que a nossa, mesmo que os argumentos que ele tem contra a nova Missa não sejam os nossos, ele não gosta dessa nova Missa. Ele falou de tal modo e tão frequentemente dessa «reforma da reforma» que não se pode excluir que é uma intenção que ele tinha ao promulgar o Motu Proprio. É por isso que não penso que essa decisão seja a seus olhos um ato definitivo. É uma etapa para ir mais longe, porque a situação atual dos dois ritos, ordinário e extraordinário, é necessariamente provisória. Certamente, se se deixa agir a natureza das coisas, se se deixam as duas Missas darem prova do que são, é evidente - independentemente da intenção pessoal do Papa - que a nova Missa estará morta, em uma ou duas gerações. Penso que esta é uma das razões principais da oposição dos Bispos. Eles sabem disso”.

Daí, a raiva dos Bispos modernistas contra o Motu Proprio. Daí, o ódio que muitos votam a Bento XVI. Daí, a estima entusiasta dos que amam a Missa de sempre por Bento XVI.

Dom Fellay insiste que a melhora não pode ser subita. Será gradual e por etapas:

*“Face a esses gestos contraditórios - reabilitação da Missa tridentina de um lado, e, de outro lado, reafirmação da liberdade religiosa e do ecumenismo - , **as etapas das quais já falei várias vezes, são mais que necessárias.***

Nós continuamos a pedir ao Papa a retirada do decreto de excomunhão que atinge os Bispos ordenados por Mons. Lefebvre em 1988. Nós mantemos nosso pedido de discussão doutrinal antes de qualquer acordo com Roma”.

O problema da liberação da Missa causou uma profunda cisão entre grande parte do episcopado que ficou contra o Papa. Vivemos hoje um cisma que de “silencioso” -- como o qualificou João Paulo II--, agora já tem muito pouco. O cisma é já gritante. Ele transparece nas declarações provocantes do Cardael Martini, nas declarações de teólogos avançados, nas resistências de Conferências Episcopais particamnete inteiras. E já há quem comece a torcer pela abreviação dos dias de Bento XVI, sonhando com a desforra...

Estamos, sim, à beira de um cisma imenso.

Por isso, lembra Dom Fellay:

“Certo é que assistimos atualmente a um conflito muito grave, no qual a questão não é a Missa, mas o poder pontifical. Porque Bento XVI é muito apegado à colegialidade, agora ele se acha diante de um problema, que ele mesmo chama um problema de consciência, e no qual ele é obrigado a agir contra o princípio da colegialidade. O Papa se vê constarngido a fazer gestos que ele jamais faria, se ele não se encontrasse face a essas dificuldades. É por isso que devemos rezar por ele. Estamos numa nova configuração da crise da Igreja, numa situação conflituosa relativamente aguda entre o Papa e os Bispos, na qual somos apenas espectadores. Sempre combatemos pelo retorno da antiga Missa, nós seguramente estamos contra o «por todos», mas agora esses elementos de nosso combate são retomados pelo Papa que se acha por isso mesmo em oposição aos Bispos. O que dá a impressão que o Papa está, se se pode dizer isso, do nosso lado”.

Dom Fellay se mostra muito realista sobre as vicissitudes por que passa a Igreja na História, sempre feita de derrotas e vitórias, fracassos e triunfos:

“Há quem diga que é o fim do mundo, que Bento XVI é o último Papa, e que depois dele virá o Anticristo. Esses se crêem dispensados de fazer qualquer coisa. Eles não conhecem o cansaço. Há outros que esperam pacientemente, mas sobretudo passivamente, que a crise se resolva miraculosamente. Eles não experimentam desencorajamento, porque segundo eles todas as almas serão, um dia, instantaneamente convertidas, todos os espíritos aderirão sem dificuldade à verdade, e todos os corações se voltarão imediatamente para o bem.

”Certamente, Deus pode fazer tudo com sua onipotência absoluta; nada lhe é impossível. Mas potencia ordenada, isto é, levando em conta a sabedoria de sua providência, não se vê quase as crises se resolverem assim na Igreja. Deus suscita reformadores, e a reforma não se faz sozinha. Nós nos situamos nessa perspectiva que se pode observar em toda a história da Igreja na qual a melhora é gradual, com altos e baixos, vitórias e derrotas. Pouco a pouco, o bom Deus fará triunfar sua graça, por meio de um certo número de almas fiéis que

quase não são poupadas. Quanto tempo isso deve durar ? Não se sabe nada !

Muito objetiva e corretamente Dom Fellay não perde de vista que o problema da Missa teve em sua raiz o Vaticano II. Portanto, não basta liberar a Missa de sempre. Ele reconhece que o Vaticano II foi um Concílio da Igreja, mas salienta que isso não o faz aceitar tudo o que disse o Concílio. É preciso voltar atrás também quanto aos erros modernistas do Vaticano II

"Nossa crítica do Concílio não é uma simples questão de interpretação subjetiva. Face às interpretações diferentes e muitas vezes divergentes, há o conteúdo objetivo dos documentos conciliares sobre a liberdade religiosa, a colegialidade e o ecumenismo que não se reduz a "gestos", mas que é verdadeiramente uma doutrina em contradição com a Tradição da Igreja".[...]

"Reconheço facilmente o fato histórico do Vaticano II, mas não aceito reconhecer sua total conformidade com "o que sempre se acreditou, por toda a parte e por todos» na Igreja".

Finalmente, falando sobre como explicar a mudança, mais do que notável, entre as posições do Padre Joseph Ratzinger, perito do Vaticano II, para o que pensa, hoje, Bento XVI, Dom Fellay procura explicá-las, evidentemente, por meio de "conjeturas", pois só Deus sabe o que se passou na alma do Papa atual:

"Nisso só podemos nos entregar a conjeturas. Bento XVI, apesar de todas as suas posições teológicas muito modernas, sabe bem que a religião deve tributar culto a Deus. Ele se dá conta também que, de uma maneira hoje generalizada, a nova Missa não cumpre mais essa função. A nova Missa tal qual ela é comumente celebrada é uma encontro de homens, mas não é mais o culto prestado a Deus. Não é mais a adoração" .

Essa é uma conjetura bem verdadeira. Mas, em matéria conjetural, poder-se-iam fazer ainda outras hipóteses.

Alguma coisa muito grave determinou essa mudança progressiva de Bento XVI. Nota-se que ele caminha, pouco a pouco, de modo vacilante, para posições cada vez mais coerentes, e cada vez mais anti progressistas e anti modernistas.

Que aconteceu?

Creemos que a fidelidade a um ponto de doutrinaR12;como a a conjeturada por Dom Fellay-- sobre a Missa nova e a Missa de sempre, o foram levando a posições cada vez mais corretas.

Evidentemente, isso pressupõe graças, e mesma alguma graça extarordinária. O sobrenatural não está fora disso, visto que, sem Cristo, nada se pode fazer no campo sobrenatural.

De outro lado, Bento XVI tem um temperamento tímido. Ele mesmo fez compreender isso ao pedir que se rezasse por ele, no início de seu pontificado, para que ele não tivesse medo de enfrentar os lobos. E, em Roma, há lobos perigosos.

Ademais, Bento XVI tem que manobrar para evitar, de um lado, a perda de milhões de almas, e , de outro lado, evitar, o quanto possível, um imenso cisma de conseqüências trágicas, de um porte nunca visto na história da Igreja.

Dom Fellay lembra ainda que essa presente batalha da Igreja - como todasR12; implica necessariamente num combate entre Deus e o demônio, a antiga serpente, que arma ciladas ao calcanhar da Virgem, e que, por isso mesmo, o combate só pode alcançar a vitória por meios sobrenaturais. Na oração, está a chave da vitória:

Finalmente, haveria que considerar que ninguém muda de repente. Sempre restam modos de ver, opiniões muito arraigadas, modos de expressão que podem explicar muitos titubeios de Bento XVI, nessa sua heróica mudança e nesse combate gigantesco que ele enfrenta hoje, para restaurar a Missa de sempre e a Igreja como ela foi sempre.

Rezemos pelo Papa.

Rezemos por Dom Fellay.

Rezemos pelo triunfo da Igreja Católica.

São Paulo, na festa de Santo Inácio de Loyola, 31 de Julho de 2008. Orlando Fedeli

ENTREVISTA EXCLUSIVA DE MONSENHOR FELLAY.

BALANÇO DO MOTU PROPRIO SOBRE A MISSA TRADICIONAL.

UM ANO APÓS SUA LIBERAÇÃO.

Nouvelles de Chrétianté, Nº 111 Mai - juin 2008 R26;

Monsenhor, um ano após a promulgação do Motu Proprio Summorum Pontificum pode-se estabelecer um balanço?

Mons. Fellay: *O Motu Proprio, no contexto atual, é um gesto que raia pelo milagre e por causa dele o Papa tem direito ao nosso pleno reconhecimento.*

Deve-se considerá-lo como uma etapa importante, mas não como a conclusão da crise que conhecemos há vários decênios. Direi mesmo, que ele é uma etapa que levanta problemas novos, porque esse documento modifica a configuração geral em que a Igreja se encontra desde o pós concílio.

“No fundo, o essencial do Motu Proprio está nestas duas palavras «numquam abrogatam», a Missa tridentina jamais foi abrogada. A finalidade desse documento, que é um documento legislativo, é manifestamente fazer entrar, de novo, na prática da Igreja, o uso da Missa tradicional. Ele se apresenta como uma revisão dos textos precedentes que tratavam dessa questão, os indultos de 1983 e 1988. Ora, um indulto é uma lei particular, uma privata lex, que concede um privilégio, que consente com uma exceção com relação à lei comum. Na maior parte do tempo, essa exceção está ligada a certas condições. E os dois indultos exprimiam muito fortemente as condições requisitadas: aceitar o Concílio e a nova Missa, sem falar das outras condições arbitrariamente acrescentadas pelos Bispos. Pois bem, no Motu Próprio não se impõe nenhuma condição.

Dir-me-á o senhor: “Sim, mas nele se fala em reconhecer a santidade da Missa”.

Isso não está no Motu Proprio, mas na carta que o acompanha. O fato de que existam dois documentos obriga a distinguir seu valor. Se o Papa queria dar o mesmo valor a tudo, se era preciso compreender o Motu Proprio à luz da carta que o acompanha, ele não teria feito senão um único documento.

Esse Motu Proprio é um ato legislativo absolutamente único na história da Igreja, e por isso ele suscita problemas novos que vão complicar a situação para as autoridades romanas.

Com efeito, declarar que a Missa tradicional não foi abrogada, é reconhecer seu estado anterior: o de uma lei universal. Essa Missa é, e sempre foi, a Missa da Igreja. O problema, é que desde então as autoridades romanas fizeram uma nova Missa, e portanto uma nova lei universal. De modo habitual, quando o legislador faz uma nova lei, dessa lei suprime a precedente. Tomemos um exemplo simples: se um legislador decide que se deve dirigir do lado esquerdo, e se um outro legislador decide em seguida que a direção deve ser à direita, a promulgação da segunda lei, anula a primeira. Ora, jamais se viu em toda a história da Igreja, uma tal revisão da lex orandi como a que foi feita pela revolução litúrgica segundo o Concílio Vaticano II. E é nesse contexto que o Papa afirma que a primeira lei não foi abrogada..

É como se se dissesse que fosse possível dirigir à direita e à esquerda. É por isso que a primeira parte do Motu Proprio tenta explicar porque se não justifica uma tal situação, a saber, a existência de duas leis universais tratando do mesmo objeto. E é assim que nos dizem que há duas formas de uma única Missa, uma forma ordinária e uma forma extraordinária. Mas essa explicação é fabricada por razões políticas evidentes. Na realidade, isso não se mantém de pé. É inaceitável, porque isso se choca de frente com a evidência dos fatos. Entretanto, essa colocação em pé de igualdade das duas Missas suscitou críticas da parte dos tradicionalistas. E com razão, porque ela é inaceitável. Mas parece-me que é mais uma consequência que um princípio.

O Motu Proprio não tem por fim afirmar que as duas Missas são uma só, segundo uma forma ordinária e uma forma extraordinária. Não! A finalidade desse documento é instituir um ato legislativo que reintroduza a antiga Missa na vida da Igreja.

E isso é um passo adiante. A questão é saber: um passo em que direção? Esperemos que seja na boa direção! É preciso notar que em parte alguma do próprio documento se acha a palavra "proibido". Em nenhum lugar é dado, seja ao padre, seja ao Bispo, o direito de proibir a Missa de sempre. Sempre os termos usados antes são «conceder de boa vontade, « acolher favoravelmente o pedido». Há sempre aberturas em favor da antiga Missa. E se houver um problema, será preciso direcioná-lo à autoridade superior, que deverá buscar uma solução. Vão se examinar as coisas para resolver os problemas.

*Há verdadeiramente nisso uma vontade do Papa de fazer um **retorno** da liturgia tradicional na Igreja. Mas esse **retorno** não é completo, não é exclusivo, e ele cria problemas. Entretanto, reconheci que quando se vê alguém que quebrou a perna, e que pela primeira vez coloca o pé no chão, depois de tirar o gesso, a gente festeja esse primeiro passo. Ninguém vai exigir desse doente que ele corra como uma pessoa sadia. Aplaudir-se-á esse primeiro passo, mesmo se ele for claudicante, e esperar-se-á o melhor para depois. O Motu Proprio não é o milagre do paraplégico que foi curado em um instante, e que começa a saltitar com seu leito às costas. Esse ato jurídico é pelo menos claudicante, mas é um passo. Devolveu-se à Missa o lugar que ela sempre teve, lugar que ela não tinha há 40 anos. Eis porque podemos nos rejubilar.*

Todavia, o Senhor escreveu, na recente carta aos Amigos e Benfeitores da Fraternidade São Pio X (nº 72), que a questão litúrgica não é a primeira, e que no fundo nada mudou na situação da Igreja.

*Eu disse efetivamente que a questão litúrgica não é a primeira e que ela só se tornou a primeira enquanto «expressão de uma alteração da fé e correlativamente do culto devido a Deus ». Porque é preciso sempre ver a *lex orandi*, a liturgia, como a expressão do dogma, a *lex credendi*. A Missa não é um simples cenário, ela deve exprimir toda a fé, todo o espírito católico, de modo que um avanço em direção à liturgia tradicional, como é o Motu Proprio, deveria logicamente corresponder um avanço na direção da doutrina tradicional. Ora, vários recentes documentos romanos indicam claramente que, no fundo, nada mudou verdadeiramente, o que nos obriga à tirar as conclusões práticas que se nos impõem.*

Com efeito, desde Bento XVI, é dito que a doutrina conciliar não introduziu nenhuma mudança com relação à Tradição, como se o Papa tivesse a vontade de tornar o Concílio tradicional ou de fazer conciliar a Tradição.

Outrora, todos diziam que o Vaticano II, e as reformas conciliares constituíam uma mudança, e mesmo uma ruptura. A atitude comum era ver no Concílio o início de uma nova era, e tudo o que o precedera devia ser esquecido. Certos seminaristas me confessaram mesmo que, nos seminários modernos, eles nada tinham apreendido sobre o que podia ter existido antes do Vaticano II.

Com essa idéia de mudança na cabeça, o Papa João Paulo II não hesitou em falar de «nova eclesiologia» à propósito do direito canônico reformado. Segundo ele, esse novo direito canônico era a expressão da nova eclesiologia do Vaticano II. Agora, Bento XVI nos diz : « Atenção ! continuidade, não ruptura. É necessário que o presente da Igreja seja ligado a seu passado. E ele irá até utilizar a palavra Tradição. Entretanto, de uma maneira habitual, não é a palavra Tradição sozinha, é a Tradição viva.

Pode V.Excia nos dar um exemplo preciso dessa nova atitude ?

O Papa desenvolveu essa nova perspectiva num dos documentos fundamentais de seu pontificado, o discurso de 23 de Dezembro de 2005, diante da Cúria romana. É um texto no qual se vê Bento XVI se separar do ultraprogressismo. Nele ele condena os que querem um Vaticano III, dizendo que o Vaticano II abriu o caminho, que ele lançou idéias, e que é preciso prosseguir nessa direção. Portanto, ir avante para ultrapassar o Vaticano II ! O Papa condena esse espírito de ruptura. Mas, depois de ter afirmado uma necessária relação com o passado, ele declara que o Vaticano II devia dar à Igreja um novo posicionamento diante do mundo. A seus olhos, a grande questão do Vaticano II era definir como a Igreja devia se situar face ao mundo contemporâneo.. E ele desenvolve esse tema em quatro pontos. Em cada vez ele repete a frase: «Era necessário que a Igreja desse uma nova definição da relação entreR30;», a Igreja e o Estado, entre a Igreja e as outras religiões, entre a Igreja e o judaísmo, e entre a fé e a ciência. E se deve haver uma nova relação é porque, de seu ponto de vista, o interlocutor evoluiu. Com efeito, Bento XVI expõe que, no século XX, o mundo, sob seus diversos aspetos, tomara uma posição radical contra a Igreja, o que forçou os Papas a tomarem, eles também, uma posição radical contra o mundo. Pergunta-se, certamente se isso não vai contra a proposição 80 do Syllabus que condena a necessidade para o Papa de se colocar em harmonia com o mundo. Não, parece responder Bento XVI, porque depois do século XIX, há esse século XX, em que o mundo se tornou melhor, em todo caso, não tão radical. E aí vem nos dar exemplos ao nível do Estado que não seria mais tão radicalmente oposto à fé, e ao nível das outras religiões, nas quais Bento XVI julga poder encontrar terrenos de entendimento..

Claramente , ele condena os que defendem a ruptura e insiste em dizer que é preciso uma continuidade com a Tradição, mas, ao mesmo tempo, ele justifica e ratifica todas as mudanças do Vaticano II. Ele, de algum modo as “tradicionalisa”.É preciso que haja continuidade, isso não pode ser de outro modo, portanto, há continuidade. Ele não precisa prová-lo, é uma necessidade da Igreja que haja essa continuidade, portanto há continuidade.

Eis o que coloca um problema muito sério. V. Excia estaria segura de que esse discurso constitui alinha mestra deste pontificado?

O próprio Motu Proprio afirma essa continuidade, dizendo que as duas duas Missas são uma só, porque há uma só fé. E como só pode haver uma expressão da única Fé, então há uma só Missa, mas sob duas formas,

ordinária e extraordinária..

Nos dias seguintes à publicação do *Motu Proprio*, a Congregação para a Doutrina da Fé publicou um documento intitulado *Respostas a Questões Concernentes a Certos Aspectos da Doutrina da Igreja*. De fato, era tratado nele o problema do “*subsistit in*”. E eis como!

À questão “O Concílio Vaticano II mudou a doutrina anterior sobre a Igreja?” A resposta é: “O Concílio não quis mudar, e, de fato, não mudou a doutrina em questão. Ele quis antes desenvolvê-la, formulá-la de modo mais adequado, e aprofundar a sua compreensão”

A segunda questão é mais precisa: «Como deve ser compreendida a afirmação segundo a qual a Igreja de Cristo subsiste na Igreja Católica ? ».

Ao que respondem os teólogos romanos que, no n° 8 da *Lumen Gentium*, « subsistir » significa bem a perpétua continuidade histórica e a permanência de todos os elementos instituídos por Cristo na Igreja católica, na qual se encontra concretamente a Igreja de Cristo, nesta terra. Mas para logo acrescentar que, «segundo a doutrina católica, é correto afirmar que a Igreja de Cristo está presente e atuando nas Igrejas e comunidades eclesiais que ainda não estão em plena comunhão com a Igreja católica, graças aos elementos de santificação e de verdade que ai se acham». E ousa-se nos dizer que é isso o que a Igreja sempre ensinou. Esses teólogos não tem medo da contradição.

A terceira questão tem o mérito da clareza: « Por que se utiliza a expressão *subsiste em*; e não simplesmente o verbo *é*; ? ».

Resposta : «O uso dessa expressão que indica a plena identidade da Igreja de Cristo com a Igreja católica não muda em nada a doutrina sobre a Igreja, mas tem por razão de ser significar mais claramente que fora de suas estruturas acham-se numerosos elementos de santificação e de verdade, que pertencendo propriamente ao dom de Deus à Igreja de Cristo, apelam por eles mesmos à unidade católica». Dito de outro modo, essas comunidades eclesiais estão fora da Igreja, mas elas têm elementos que apelam para a unidade.

Para bem compreender esse documento, é útil reportar-se às declarações do Cardeal Kasper, o responsável romano do diálogo ecumênico.

Numa conferência sobre os fundamentos do ecumenismo, ele explicava que a palavra *subsiste* foi introduzida em lugar da palavra *é* - constantemente empregada até a encíclica *Mystici Corporis* de Pio XII -, para tornar possível o ecumenismo na Igreja católica. Assim pois, para ele, essa palavra *subsiste* é o fundamento do ecumenismo na Igreja católica. Se for supressa essa palavra, e se for recolocado o *é* acabou o ecumenismo. E a Congregação para a Doutrina da Fé quer nos persuadir que *subsiste* equivale a *é*!

O problema é que se trata de um texto oficial que emana de Roma. Seus autores nos dizem que eles pretendem esclarecer a posição romana, mas se poderá ler o texto três vezes, cinco vezes, dez vezes, se se quiser, nele não se entende mais nada. É perturbante, mas não é talvez senão um caso particular que não seria preciso generalizar ?

Não, não é um caso único. Tomemos o documento romano, mais recente, que se intitula, Notas Doutrinárias sobre Certos Aspectos da Evangelização. Depois de ter afirmado que a evangelização é muito importante e que é preciso que todo cristão tenha esse cuidado com a evangelização, chega-se ao ecumenismo: « A missão da Igreja é universal. Ela não se limita a regiões determinadas da terra. Todas as vezes, que a evangelização se realiza diversamente segundo as diferentes situações nas quais ela se opera». E lá se distingue a missão no sentido próprio, a missio ad gentes que se dirige àqueles que não conhecem Cristo, e a evangelização em sentido largo para os cristãos que não estão mais na Igreja «a evangelização tem lugar também nos países onde vivem cristãos não católicos, sobretudo nos países de velha tradição e de antiga cultura cristã. Aqui se requer um verdadeiro respeito por suas tradições e para suas riquezas espirituais, e um sincero espírito de cooperação ».

Será isso mesmo a evangelização ? Não se trata mais de conversão! No quadro da missio ad gentes, é preciso tentar converter os pagãos, mas com os demais, coopera-se. E se houver conversão ao catolicismo por parte desses cristãos, isso será feito em nome da liberdade religiosa !

Não estou inventando nada: «Convém notar que se um cristão não católico, por razões de consciência e estando convicto da verdade católica, pede para entrar na plena comunhão da Igreja Católica, será preciso respeitar seu pedido como obra do Espírito Santo e como expressão da liberdade de consciência e de religião».

A propósito de conversão, que pensa V. Excia. da oração da Sexta Feira Santa pelos judeus que acaba de ser reformada?

O Cardeal Kasper que é também responsável das relações com os judeus, fez um comentário autorizado dessa nova oração, ao microfone da Rádio do Vaticano, em 7 de Fevereiro, em perfeito acordo com o Cardeal Bertone, Secretário de Estado da Santa Sé. Ambos explicam que a missão se dirigia ad gentes, mas não ad Judeos. Em outros termos, a Igreja por essa nova oração, mesmo se não é dito explicitamente, ela não vai procurar converter os judeus. Foi feita uma montagem muito hábil. Essa oração tem duas partes. Na primeira, não se fala mais de trevas, mas de iluminar, - normalmente, entretanto, se dá luz aos que estão nas trevas. Mas é preciso apesar de tudo reconhecer Cristo porque, como disse São Pedro, não há nenhum outro nome dado sob o céu pelo qual se possa ser salvo, exceto o Nome de Jesus. Se, pois, se quer que os judeus sejam salvos, é preciso de todo modo que eles reconheçam Nosso Senhor. Em troca, na segunda parte dessa oração, tudo foi mudado. E essa novidade é tomada da Epístola aos Romanos, que não se pode suspeitar de heterodoxia, mas o versículo citado é fora de propósito. Pede-se que, no final dos tempos, quando todas as nações tiverem sido reunidas, Israel se salvará. É uma oração escatológica que se realizará de todo modo, pois que a Sagrada Escritura nos anuncia que no final dos tempos, os judeus se converterão. ,

Mas não se pede mais a conversão dos Judeus de hoje.. Com isso, penso que não preciso dizer que oração se reza na Fraternidade São- Pio X, na Sexta Feira Santa.

Como harmonizar o Motu Proprio - que é um avanço, diz V. Excia., - com essa vontade de manter o ensinamento conciliar ?

Sobre esse ponto, só se pode experimentar, uma grande perplexidade. E isso tanto mais que o Papa, ao mesmo tempo que cobre de sua autoridade esses documentos oficiais, manifesta com o Motu Proprio a intenção de reabilitar não só a Missa tridentina, mas também toda a liturgia tradicional. Ele declara que permanecem em vigor a Missa sob todas as suas formas, Missa de casamento, Missa de Requiem, mas também todo o ritual tradicional, todos os sacramentos e mesmo o breviário. Se apenas a Missa fosse reconhecida, isso seria uma coisa muito banal. Sabe-se muito bem que durante todos esses anos de indulto, certos Bispos tentaram limitar a vida litúrgica tradicional à Missa, até obrigando os fiéis a irem se confessar ao pároco de sua paróquia que, de todo modo, se reservava os batizados, e os enterros. Nos Estados-Unidos, os Bispos puseram-se de acordo: havia uma Missa de idulto por diocese, e nela deveria haver um mínimo de duas horas entre o fim da Missa nova e o início da Missa tridentina para separar bem as coisas. Os Padres tinham a obrigação de pregar, nessa Missa, sobre os benefícios do Vaticano II. A coleta de esmolas era para a paróquia que conservava o monopólio dos demais sacramentos, segundo o ritual moderno. Vê-se bem que o Papa não se situa nessa ótica. O estatuto da Missa tridentina, com o Motu Proprio é de novo o de uma lei universal. Não é mais uma lei particular, um indulto. E é bem isso que saudamos, o que não quer dizer que estamos de acordo com tudo o que se acha no próprio texto, principalmente com essa idéia insustentável de duas formas para uma só Missa.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo que é reconhecida a não abrogação da Missa tridentina, são anunciadas certas mudanças. De um lado, se diz que é preciso não misturar os ritos ordinário e extraordinário, mas de outro lado, espera-se que eles mutuamente se fecundem. Diz-se que será preciso fazer entrar alguns santos novos, sem falar diretamente de um novo calendário para a liturgia tradicional. Do mesmo modo, ouve-se dizer que o novo lecionário poderia vir a ser enriquecido dessa liturgia tradicional¹³⁰;

Mas não se disse que o Papa quase não era apoiado nem em Roma, nem nas dioceses nessa restauração da antiga Missa ?

É certo que Bento XVI para promulgar esse Motu Proprio teve que enfrentar pressões terríveis. Soube que o Papa disse a seu círculo mais íntimo: «Nunca sofri tanto em toda a minha vida do que com esse Motu Proprio ». Mas ele acrescentava esta frase: « Eu devia fazê-lo por motivo de consciência».

O Papa faz questão disso, e ele não cede, mas ele não pode contar com o apoio dos Bispos. Essa oposição episcopal é enorme. Sabe-se que houve pelo menos quatro Conferências episcopais que escreveram, antes do Motu Proprio, para dizer que elas não queriam o Motu Proprio. Foram as Conferências da França, da Inglaterra, da Alemanha, e, com uma menor maioria, a dos Estados Unidos. Os Bispos alemães, quando de sua visita ad limina, declararam muito claramente: « Não queremos saber desse Motu Proprio». Eles dirigiram mesmo um pedido nesse sentido ao Prefeito da liturgia, o Cardeal Arinze.

Diante de tais fatos, pode-se medir a tenacidade do Papa. Realmente, ele quis aprovar esse gesto. A mesma coisa aconteceu a propósito do pro multis na Consagração, traduzido na maior parte das línguas vernaculares como sendo « por todos » e não como «por muitos».

Numa carta de 17 de Novembro de 2006, que o Cardeal Arinze dirigiu aos presidentes das Conferências Episcopais do mundo inteiro um pedido de retificação dessa tradução errada. É preciso saber que essa carta tinha sido precedida de uma pesquisa. Não tive o resultado definitivo, mas sei que, em certo momento, sobre 35 conferências episcopais que tinham respondido, somente três eram a favor do «pro multis, por muitos », todas as outras queriam manter o «por todos». Aí também, há uma proporção enorme de oponentes, e o Papa mantém a posição contrária, colocando um ato que vai contra a colegialidade à qual entretanto ele é apegado. Ele enfrenta os Bispos que não baixam as armas, pois que, depois da carta, numerosas Conferências Episcopais, pediram a Roma uma dispensa para poder conservar o «por todos»

.As reações dos Bispos após a promulgação do Motu Proprio, nós as temos ante os olhos. Pode-se dizer que, se quanto ao direito, o estatuto da Missa antiga mudou, ao nível dos fatos em uma muito grande parte da Igreja, quase nada mudou. Quase por toda parte os Bispos fazem tudo o que podem para incomodar a nova situação, como se se estivesse ainda no tempo do indulto, isto é, eles submetem à sua autorização a celebração da antiga Missa. Assim, eles exercem um tal controle sobre o retorno da antiga liturgia que eles tornam-na praticamente impossível. Eles paralisam o Motu Proprio. A oposição é tão forte que Roma se vê obrigada a fazer um texto para a aplicação do Motu Proprio, o qual não se sabe quando vai sair, nem mesmo se poderá um dia sair. Recentemente ouvi falar de uma gaveta sem fundo para esse documento R30; Certo é que assistimos atualmente a um conflito muito grave, no qual a questão não é a Missa, mas o poder pontifical. Porque Bento XVI é muito apegado à colegialidade, agora ele se acha diante de um problema, que ele mesmo chama um problema de consciência, e no qual ele é obrigado a agir contra o princípio da colegialidade. O Papa se vê constrangido a fazer gestos que ele jamais faria, se ele não se encontrasse face a essas dificuldades. É por isso que devemos rezar por ele. Estamos numa nova configuração da crise da Igreja, numa situação conflituosa relativamente aguda entre o Papa e os Bispos, na qual somos apenas espectadores. Sempre combatemos pelo retorno da antiga Missa, nós, seguramente, estamos contra o «por todos», mas agora esses elementos de nosso combate são retomados pelo Papa que se acha por isso mesmo em oposição aos Bispos. O que dá a impressão que o Papa está, se se pode dizer isso, do nosso lado.

Muitos de nossos fiéis e mesmo muitos de nossos Padres acham assim. E é nesse ponto que é preciso que sejamos vigilantes e não esquecermos os outros documentos romanos que permanecem na linha doutrinária do Concílio. Eis porque o Motu Proprio torna a situação presente mais complicada.

Muito evidentemente, há correções que vão na boa direção. Ninguém pode negar que corrigir o «por todos» restabelecendo o «por muitos», vai na boa direção. Da mesma forma, dar mais possibilidades à antiga Missa, é muito positivo. Não há nenhuma dúvida sobre isso. Entretanto, ainda uma vez, esses atos não são completos; eles não se acompanham de um verdadeiro retorno à doutrina tradicional. E entretanto o pequeno retorno à Tradição que eles e exprimem já provoca um conflito na Igreja.

Se há esse descompasso entre o avanço litúrgico e a ausência de melhoria no plano doutrinário, como compreender o Motu Proprio querido pelo Papa apesar de seus auxiliares próximos ?

Nisso só podemos nos entregar a conjeturas. Bento XVI, apesar de todas as suas posições teológicas muito modernas, sabe bem que a religião deve tributar culto a Deus. Ele se dá conta também que, de uma maneira hoje generalizada, a nova Missa não cumpre mais essa função. A nova Missa tal qual ela é comumente celebrada é um encontro de homens, mas não é mais o culto prestado a Deus. Não é mais a adoração. Os fiéis, basta ver como eles se comportam, sentam-se, comem, é o banquete, é a festa, mas o espírito litúrgico está morto. Com a nova liturgia, não há mais espírito litúrgico, não há mais o espírito do sacrifício. Este espírito, relação da criatura que deve se manter em seu lugar face a Deus, adorando-O, exprimindo-lhe sua submissão, isso não existe mais. E fazer correções ou remendos na nova liturgia é trabalho perdido.

Ora, a Igreja, sem espírito autenticamente litúrgico, espírito de adoração e de sacrifício, falta à sua missão. É preciso retornar a esse espírito.

Como fazer isso com a nova liturgia ?

Bento XVI que, por princípio, é contra inventar novas liturgias, não pode mais considerar senão uma solução contra a qual ele resiste, porque ele não gosta e a crê mesmo impossível, e é voltar atrás. Ao menos momentaneamente. Essa volta atrás por algum tempo permitiria fecundar a nova Missa com a antiga, dar-lhe um certo espírito litúrgico. Essa famosa «reforma da reforma» que ele deseja com toda força desde muito tempo. Ainda uma vez, não se trata senão de uma hipótese pessoal, mas não esqueço que o Papa escreveu em um de seus livros que considerava que a nova liturgia era a causa principal da crise da Igreja. E se ele o disse, ele crê nisso. Mesmo que sua visão da nova Missa não seja a mesma que a nossa, mesmo que os argumentos que ele tem contra a nova Missa não sejam os nossos, ele não gosta dessa nova Missa. Ele falou de tal modo e tão frequentemente dessa «reforma da reforma» que não se pode excluir que é uma intenção que ele tinha ao promulgar o Motu Proprio. É por isso que não penso que essa decisão seja a seus olhos um ato definitivo. É uma etapa para ir mais longe, porque a situação atual dos dois ritos, ordinário e extraordinário, é necessariamente provisória. Certamente se se deixa agir a natureza das coisas, se se deixam as duas Missas darem prova do que são, é evidente - independentemente da intenção pessoal do Papa - que a nova Missa estará morta, em uma ou duas gerações. Penso que esta é uma das razões principais da oposição dos Bispos. Eles sabem disso.

Porque, segundo eles, não se pode dar liberdade à Missa tradicional ?

Porque isso prejudica a nova. Em 1998, ouvi da boca do Cardeal Medina, que era Prefeito da liturgia: « Vamos dar as mesmas oportunidades aos dois ritos, e que o melhor ganhe ! ».

E apesar dessa possibilidade encorajadora de ver a Missa tradicional triunfar da nova, V. Excia diz que nada muda no fundo ?

É preciso infelizmente constatar que no plano doutrinal nada muda, que Roma segue sempre na mesma direção desde o Concílio. João Paulo II via, no fim de seu pontificado, os sintomas da crise sem poder remontar às causas. Ele denunciava a apostasia silenciosa das nações européias sem colocar em causa o ecumenismo promovido pelo Vaticano II. Bento XVI, ele vê esses sintomas e suas causas próximas ao nível litúrgico, mas não ainda a causa profunda que é teológica. Tem-se a impressão que o Papa quer manter os princípios do Concílio, dissociando-os de suas consequências porque elas o assustam.

Com efeito, Bento XVI permanece tributário de sua orientação fundamental do Concílio Vaticano II, no qual foram redefinidas as relações da Igreja com o mundo, as outras religiões, os Estados, e finalmente a relação da Igreja consigo mesma. Ele disse que não renegava, uma vez Papa, o pensamento que era a seu, quando ele era somente Cardeal.

Já nessa época, ele apresentava assim a obra do Concílio : «O problema dos anos sessenta era o de adquirir os melhores valores expressos por dois séculos de cultura “liberal”. São, de fato, valores que, mesmo se nasceram fora da Igreja, podem encontrar seu lugar - purificados e corrigidos - na sua visão do mundo. E é o que foi feito».

É em nome dessa assimilação, que uma nova visão do mundo foi imposta, : uma visão fundamentalmente

positiva, que inspirou não só um novo rito litúrgico, mas também um novo modo de presença da Igreja no mundo, mais presente doravante aos problemas humanos e terrestres do que às questões sobrenaturais e eternas R30; É assim que igualmente a relação com as outras religiões se transformou. A nova abordagem se chama ecumenismo, e não se trata de um retorno à unidade católica, mas do estabelecimento de uma nova espécie de unidade que não requer mais a conversão. Como eu escrevi na última carta aos Amigos da Fraternidade :

«O Motu Proprio que introduziu uma esperança de mudança para melhor ao nível litúrgico, não foi acompanhado por medidas logicamente correlativas nos demais domínios da vida da Igreja. Todas as mudanças introduzidas no Concílio e nas reformas pós-conciliares que denunciávamos, porque a Igreja precisamente já as condenara, são confirmadas. Com a diferença de que doravante, afirma-se ao mesmo tempo que a Igreja não muda o que acaba por dizer que essas mudanças estariam perfeitamente na linha da Tradição católica. A reviravolta no nível dos termos junto à lembrança de que a Igreja deve permanecer fiel à sua Tradição podem perturbar mais de uma pessoa. Enquanto os fatos não corroborarem a afirmação nova, é preciso concluir que nada mudou na vontade de Roma em prosseguir nas orientações conciliares, apesar de quarenta anos de crise, apesar dos conventos despovoados, dos presbitérios abandonados, das Igrejas vazias ».

É essa situação nova, particularmente complexa, que impede que haja acordos possíveis com Roma ?

Face a esses gestos contraditórios - reabilitação da Missa tridentina de um lado, e, de outro lado, reafirmação da liberdade religiosa e do ecumenismo -, **as etapas das quais já falei várias vezes, são mais que necessárias.**

Nós continuamos a pedir ao Papa a retirada do decreto de excomunhão que atinge os Bispos ordenados por Mons. Lefebvre, em 1988. Nós mantemos nosso pedido de discussão doutrinal antes de qualquer acordo com Roma.

Discussões doutrinárias para converter Roma ?

Não, não temos essa pretensão. Nós só desejamos ajudar Roma a reencontrar sua Tradição. Nós não queremos levar quem quer que seja a adotar posições pessoais que não temos. Como nosso fundador, Mons. Lefebvre, fez gravar em sua pedra tumular, nós só transmitimos o que recebemos. Mas decretar um impasse quanto aos problemas doutrinários é impossível.

Vê-se bem com o Motu Proprio que não se quer considerar as divergências teológicas existentes entre a antiga e a nova Missa. Os Bispos vêem bem essas divergências, eles toleram a antiga Missa sob a condição de que ela não seja uma recolocação em causa da doutrina conciliar subjacente.

Por lealdade intelectual, não se pode manter um tal equívoco; é preciso esclarecer as questões doutrinárias.

Num artigo do Osservatore Romano de 28 de Março último, o Cardeal Castrillón Hoyos deixava crer que a a

crítica dos textos conciliares pela Fraternidade São Pio X somente visavam a sua falta de clareza. Segundo ele, as dificuldades seriam apenas interpretativas, ou só focalizam alguns gestos ecumênicos, mas não o próprio ensinamento do Vaticano II .

Isso não é exato. Nossa crítica do Concílio não é uma simples questão de interpretação subjetiva. Face às interpretações diferentes e muitas vezes divergentes, há o conteúdo objetivo dos documentos conciliares sobre a liberdade religiosa, a colegialidade, e o ecumenismo que não se reduz a “gestos”, mas que é verdadeiramente uma doutrina em contradição com a Tradição da Igreja. A esse propósito, faço questão de desmentir a afirmação do Cardeal, segundo a qual eu teria expressamente reconhecido o Concílio Vaticano II, em particular quando da audiência que Bento XVI me concedeu, em 29 de Agosto de 2005.

Reconheço facilmente o fato histórico do Vaticano II, mas não aceito reconhecer sua total conformidade com “o que sempre se acreditou, por toda a parte e por todos» na Igreja. E se o Santo Padre efetivamente abordou o tema, eu mesmo, não falei dele na audiência.

Mas por que pediria V. Excia a retirada do decreto de excomunhão antes de abrir essas discussões doutrinárias ?

De fato, não damos valor canônico a essas excomuniões como consequência das sagrações de 1988, que eram ditadas por um estado de necessidade. Mas, não é preciso ser grande especialista para constatar sua eficácia mediática, e mais ainda seus efeitos devastadores no plano pastoral. Basta dizer R16;ÉcôneR17; ou R16;Monsenhor LefebvreR17; para ser imediatamente desqualificados ou diabolizados.

A própria Roma é vítima dessa diabolização, desde que ela quer fazer alguma coisa pela Tradição; os jornalistas tratam então as autoridades romanas de R16;TradicionalistasR17; ou os suspeitam de serem influenciados pelos R16;lefebvristasR17;.

Se esse decreto de excomunhão é retirado, torna-se possível «fazer a experiência da Tradição», como a desejava Mons. Lefebvre, isto é, será possível julgar por seus frutos a Tradição enfim desdiabolizada. Digo bem. R16;por seus frutosR17;., por seus resultados e não por etiquetas infamantes que se lhe colam facilmente demais. Não creio que essa seja uma solução utópica, eu a creio profundamente realista, porque ela leva em conta as circunstâncias concretas da situação da Igreja, hoje.

Já, na Carta aos Amigos da Fraternidade do Natal de 2004, citava eu a proposição que eu havia feito, em 6 de Junho precedente, ao Cardeal Castrillón Hoyos: «A Santa Sé poderia nos observar e examinar nosso desenvolvimento sem que haja nisso no momento qualquer compromisso dos dois lados ». Essa seria uma etapa, etapa intermediária, em que a Fraternidade não estaria nem excomungada, nem reconhecida canonicamente, mas esse estado, sem ser regular aos olhos do direito canônico, já seria um estado melhor, permitindo julgar a árvore por seus frutos. Todo o mundo poderia observar com um olhar mais sereno essa Tradição que rodziu todos os santos da Igreja, a Tradição seria assim abordável por todos, e poderia assim dar uma imensa esperança a uma multidão de católicos completamente desenganados. Isso seria reabrir uma grande porta para a Tradição para toda a Igreja. Isso redundaria em uma isenção de fato com relação às Conferências Episcopais. E essa isenção é indispensável, quando se vê a oposição dos Bispos a alguns gestos que Bento XVI fez em favor da Tradição. Basta observar a situação das comunidades Ecclesia Dei nas dioceses. Se bem que sejam oficialmente reconhecidas por Roma, elas não são autorizadas a exercer, nas dioceses, senão um ministério tradicional em liberdade vigiada; elas são obrigadas a observar um estrito dever de reserva diante das fantasias litúrgicas e

teológicas que têm curso nas dioceses que as acolhem.

Concretamente a Fraternidade São-Pio X é mais livre para fazer o bem do que essas comunidades. Por que V. Excia lançou uma nova cruzada do Rosário, em Abril passado?

Podemos, sem nenhuma dúvida, sentir-nos encorajados pela campanha precedente de terços para obter a liberdade da Missa tradicional. Esperávamos reunir um milhão de terços, e obtivemos mais de dois milhões. E o resultado foi, como o sabeis, o reconhecimento oficial de que jamais a Missa pela qual nos batemos há quarenta anos, jamais foi abrogada. **Mas sobretudo estou intimamente persuadido de que a solução da crise que sacode a Igreja não pode ser obtida por meios puramente humanos, diplomáticos ou outros.** O combate da fé é conduzido necessariamente com a oração. A obra de Mons. Lefebvre tem por único objeto a restauração de todas as coisas em Jesus Cristo: instaurar omnia in Cristo, isso não pode ser feito senão com Cristo, cum Cristo, e com sua Santíssima Mãe, cum Maria.

E se eu lanço doravante uma cruzada permanente, é que é preciso hoje consentir em um esforço não pontual, mas constante e perseverante, à altura do que está em jogo. O combate pela fé de sempre não pode ser travado por combatentes de um dia, por combatentes temporários ou intermitentes. São necessários fiéis tenazes. Esse combate se inscreve na duração, mas por objetivos precisos: da última vez rezamos pela liberdade da Missa, agora peçamos à Santa Virgem a retirada do decreto de excomunhão, isto é, a libertação da Tradição.

Depois, teremos outros objetivos, outras intenções de oração. É preciso também que esta cruzada, como a precedente, seja bem organizada pelos Padres em seus priorados e capelas. Cada fiel deve poder se inscrever e se comprometer para rezar um terço a tal hora do dia, e por um período bem determinado: um mês, um trimestre^{R30}; Considerando o número de fiéis ligados à Tradição e sua repartição no mundo inteiro, estamos certos de que a toda hora do dia e da noite haverá almas que rogam pela libertação da Tradição, em um imenso rosário perpétuo.

Apesar de tudo, V. Excia não teme um cansaço, e até mesmo

um desencorajamento ?

Isso depende a quem se refere. Parece-me que há três tipos de homens. Há quem vos diga que é o fim do mundo, que Bento XVI é o último Papa, e que depois dele virá o Anticristo. Esses se crêem dispensados de fazer qualquer coisa. Eles não conhecem o cansaço. Há outros que esperam pacientemente, mas sobretudo passivamente, que a crise se solucione miraculosamente. Eles não experimentam desencorajamento, porque segundo eles todas as almas serão, um dia, instantaneamente convertidas, todos os espíritos aderirão sem dificuldade à verdade, e todos os corações se voltarão imediatamente para o bem.

Certamente, Deus pode fazer tudo com sua onipotência absoluta; nada lhe é impossível. Mas potência ordenada, isto é, levando em conta a sabedoria de sua providência, não se vê quase as crises se resolverem

assim, na Igreja. Deus suscita reformadores, e a reforma não se faz sozinha. Nós nos situamos nessa perspectiva que se pode observar em toda a história da Igreja na qual a melhora é gradual, com altos e baixos, vitórias e derrotas. Pouco a pouco, o Bom Deus fará triunfar sua graça, por meio de um certo número de almas fiéis que quase não são poupadas. Quanto tempo isso deve durar ? Não se sabe nada !

Mas a melhora é gradual, ora nós não gostamos dessas gradações. Preferiríamos que tudo fosse claro e nítido. Não apreciamos as situações intermédias em claro-escuro. E entretanto é isso que experimentamos pessoalmente toda vez que nos esforçamos de conduzir ou de reconduzir uma alma à verdade. Essa alma não se converte de uma só vez, ela aceita uma verdade, depois admite uma outra, até o dia em que ela será inteiramente convertida. Mutatis mutandis, é a mesma situação com esses homens de Igreja dos quais é preciso reconquistar as inteligências e os corações in omni patientia et doctrina, como nos convida São Paulo a isso, com toda paciência e com a preocupação permanente de instruir. E nisso, é preciso se precaver contra a tentação do desencorajamento.

Quanto tempo isso vai durar? Ainda uma vez, não sei ! Há mais padres que não só dizem a antiga Missa, mas que reencontram a doutrina tradicional, porque essas coisas vão juntas. E isso é encorajador. Para os Bispos, isso é mais difícil, porque eles não são livres. Um Bispo, enquanto está no sistema, ele, hoje, quase não pode agir; seus confrades o repreenderão R30; em nome da colegialidade.

Como as coisas vão melhorar?

Creio que basta para responder olhar como elas começaram a fazê-lo

Há pequenas ilhas de cristandade aqui e acolá, escolas, movimentos de famílias, associações profissionais, grupos de formação cívica, que crescem e se multiplicam. Lenta mas seguramente. Não minimizemos a importância do exemplo que os Padres e os fiéis unidos à Tradição podem dar aos que perderam todo abrigo intelectual e moral no mundo descristianizado em que vivemos. Eles não nos ouvem e porque não os ensinamos, mas eles nos observam e é a razão pela qual devemos lhes dar um exemplo. O da Tradição não viva, mas bela e bem vivida no quotidiano.

Os conciliares falam da Tradição viva, possam os tradicionalistas mostrar sem palavras mas com atos a Tradição que se vive em família e, no trabalho, na cidade ! As palavras voam, mas os exemplos atraem. O importante é observar bem a direção em que vai o impulso dado por Mons. Lefebvre. Se se faz um balanço dos últimos quarenta anos, digamos desde a nossa recusa da Missa nova, vê-se que a situação da Tradição está melhor.

Onde se celebra, hoje a Missa tridentina, quando da peregrinação a Lourdes? Fora ou na basílica? E em Lisieux ? Fora ou dentro? Isso é mais do que um símbolo, é a realidade. Os senhores poderão ser ainda um pouco céticos. Então, eu me calo e deixo falar os que em Roma reconhecem que trabalhamos pela Igreja. Um prelado me dizia: «Sem a Fraternidade São Pio X, o Motu Proprio seria impossível ». Assim pois, a seus olhos, fazer voltar agora a Missa tradicional na Igreja era impossível sem a Fraternidade. Um religioso, me declarava: «A Fraternidade é a única entidade que hoje pode colocar as verdadeiras questões à Igreja ».

É para nós uma palavra de vaidade ? Não, é uma responsabilidade da qual não podemos nos omitir, porque teremos que prestar contas disso. Mas é também um encorajamento a prosseguir no combate pela fé, sem nos

cansar. Se esse decreto de excomunhão é retirado, torna-se possível «fazer a experiência da Tradição», como o desejava Mons. Lefebvre.